

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM

GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



O novo White Paper japonês e suas implicações para as relações nipo-coreanas

ESTE E OUTROS 13 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 168 • 24 de agosto de 2022

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [Navio da Marinha sul-coreana navega próximo às ilhas em disputa](#)

Por: EBC

Fonte: Imagens EBC

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante João Alberto de Araujo Lampert

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) Marcio Magno de Farias Franco e Silva

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/
RJ - Brasil
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).



ÁFRICA SUBSAARIANA

Carolina Vasconcelos De Oliveira Silva (PUC-Rio)
Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UFRJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
Luísa Barbosa Azevedo (UFRJ)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (ESG)

AMÉRICA DO SUL

Bruna Soares Corrêa de Souza (UniLaSalle)
José Martins Rodrigues Junior (UFRJ)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Otávio Brasileiro Pires de Camargo (UNESP)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Ana Carolina Vaz Farias (UFRJ)
Jéssica Pires Barbosa Barreto (EGN)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
Raphaella da Silva Dias Costa (UFRJ)

EUROPA

Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Gustavo da Hora (UFRJ)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (IBMEC)
Júlia Elias Teodoro Santos Pereira (UFRJ)
Luís Filipe de Souza Porto (UFRJ)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFF)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Adel Bakkour (UFRJ)
Amanda Neves Leal Marini (ECEME)
Dominique Marques de Souza (UFRJ)
Isadora Novaes dos Santos Bohrer (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Vitória de França Fernandes (UFRJ)

RÚSSIA & EX-URSS

José Gabriel de Melo Pires (UFRJ)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)
Vitor Ferreira Lengruber (UCP)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangueira (UFRJ)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Iasmin Gabriele Nascimento dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri (UFRJ)
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)

TEMAS ESPECIAIS

Alessandra Dantas Brito (EGN)
Bruno Gonçalves (UFRJ)
Guilherme Novaes Silva Pinto (UFRJ)
Maria Claudia Menezes Leal Nunes (USP)
Raquel Torrencilha Spiri (UNESP)



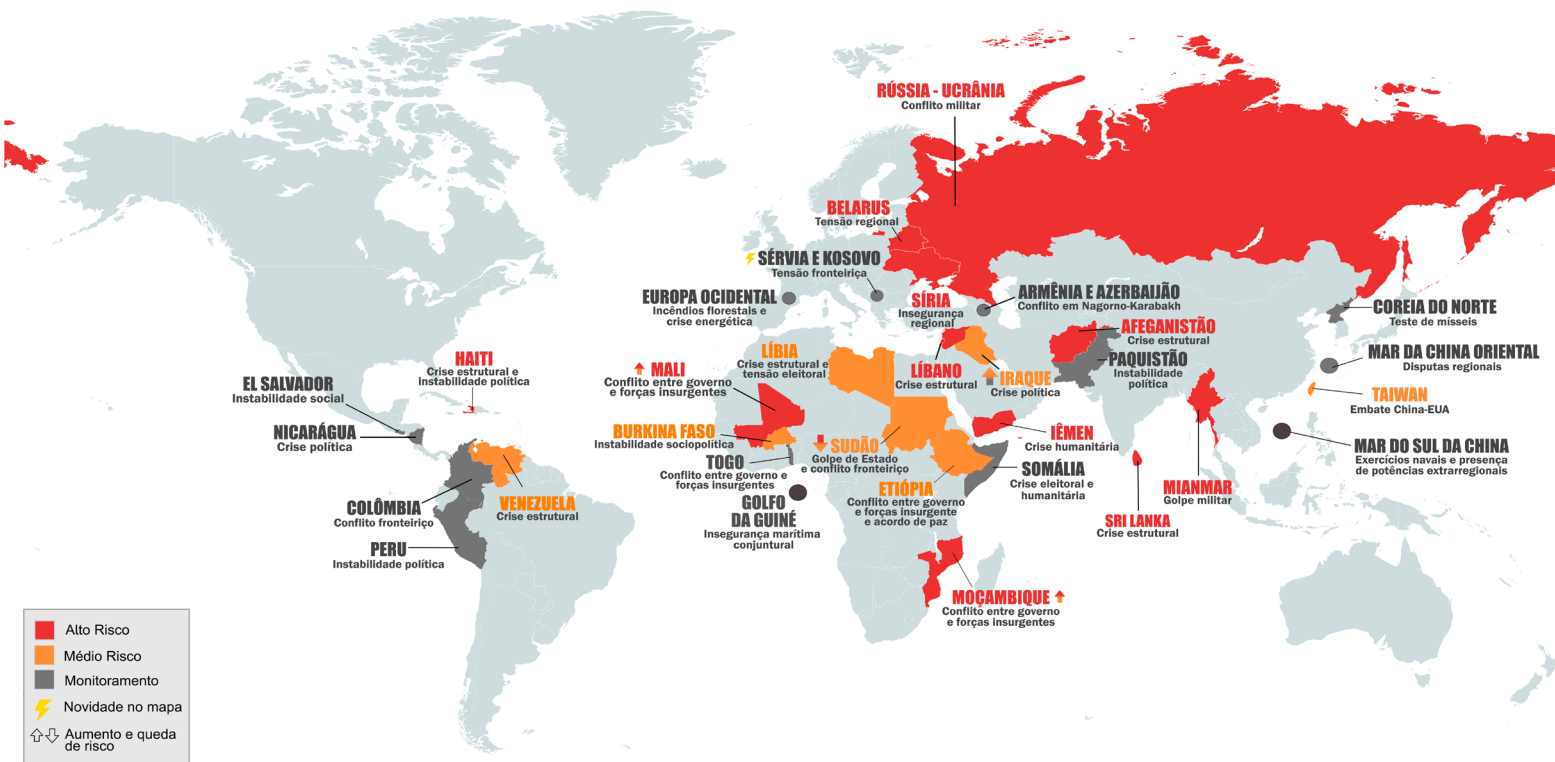
ÍNDICE

<p>AMÉRICA DO SUL</p> <p>Venezuela e Irã: uma aproximação para além do petróleo 5</p> <p>AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL</p> <p>A retomada econômica das Américas via <i>nearshoring</i> 6</p> <p>ÁFRICA SUBSAARIANA</p> <p>África Subsaariana: um campo em disputa 7</p> <p>Os riscos ao setor de petróleo no Golfo da Guiné 8</p> <p>EUROPA</p> <p>Segurança energética em tempos de crise: o ilustrativo caso da Alemanha 9</p> <p>ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA</p> <p>Um novo capítulo das relações entre Espanha e Marrocos 10</p> <p>RÚSSIA & Ex-URSS</p> <p>O cenário geopolítico russo à luz da nova doutrina naval russa 11</p> <p>Congelada pelas sanções? Os obstáculos da <i>Novatek</i> no Ártico 12</p>	<p>LESTE ASIÁTICO</p> <p>O novo <i>White Paper</i> japonês e suas implicações para as relações nipo-coreanas 13</p> <p>Todos os olhos no Estreito de Taiwan 14</p> <p>SUL DA ÁSIA</p> <p>Um ano no poder: o Talibã e os desafios no Afeganistão 15</p> <p>SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA</p> <p>Tailândia: construção de submarino e os desafios à autonomia em Defesa 16</p> <p>ÁRTICO & ANTÁRTICA</p> <p>O tripé estratégico polar argentino e o avanço nas relações com o Brasil 17</p> <p>TEMAS ESPECIAIS</p> <p>Batalha das moedas: ascensão dos BRICS 18</p> <p>Artigos Selecionados & Notícias de Defesa 19</p> <p>Calendário Geocorrente 19</p> <p>Referências 20</p> <p>Mapa de Riscos 21</p>
---	---

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Desconsiderando a pandemia de COVID-19

Por: Guilherme Carneiro e Luísa Barbosa



Created with mapchart.net

Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 21.

Venezuela e Irã: uma aproximação para além do petróleo

Luciano Veneu

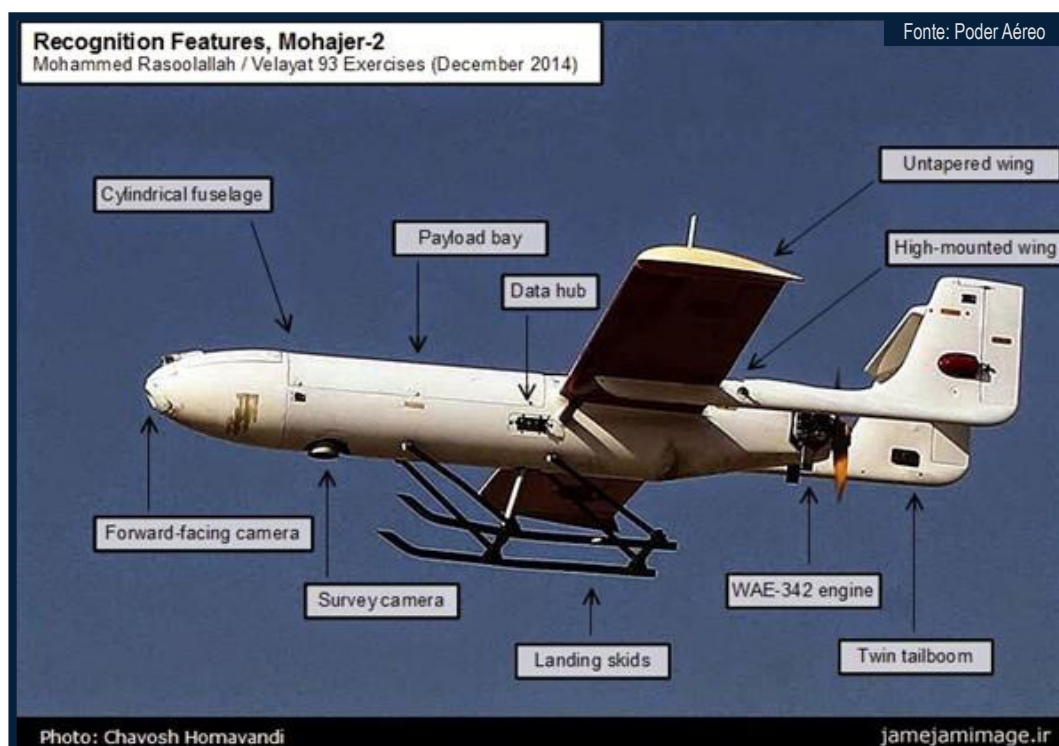
Após os embargos dos Estados Unidos (EUA) à economia petrolífera venezuelana, iniciados ainda no governo Barack Obama, Caracas buscou aliados internacionais fora da influência dos EUA, como a China, o Irã e a Rússia. Ademais, os três países participaram de exercícios militares na Venezuela em agosto de 2022. A aproximação de Caracas com Teerã iniciou-se com o envio de petroleiros, visando aliviar a falta de combustíveis no país sul-americano. Em 5 de julho de 2022, durante um desfile militar comemorativo pela Independência, foram revelados drones de ataque iranianos como parte integrante do arsenal das Forças Bolivarianas. Portanto, questiona-se quais as consequências da aproximação Venezuela-Irã na área da defesa para a estabilidade regional da América do Sul.

Para a Venezuela, o acesso à tecnologia bélica iraniana, como os drones *Mohajer-2*, resulta na modernização da indústria de defesa nacional, visto que os equipamentos foram enviados em partes para o país, sendo montados integralmente em território venezuelano. Ademais, a transferência tecnológica implica em maior capacidade de vigilância e ataque para as Forças Bolivarianas. Nesse sentido, a aproximação circunstancial entre os dois países ultrapassou a área econômica, englobando assuntos estratégicos de Defesa, que podem desdobrar-se em questões geopolíticas.

Destaca-se, no âmbito da segurança regional, que as visitas de autoridades iranianas à Venezuela

permitem a troca de informações, experiências militares e armas. No Oriente Médio, o Irã possui capacidade de desestabilização dos seus vizinhos, com apoio das milícias xiitas, por exemplo. Situação semelhante pode ser encontrada na fronteira da Venezuela com a Colômbia, onde Bogotá acusa Caracas de abrigar, em território venezuelano, guerrilheiros do Exército de Libertação Nacional (ELN) que realizam ataques ao território e aos militares colombianos. A parceria estratégica Irã-Venezuela com o intercâmbio de tecnologias de defesa pode implicar em um aumento na desestabilização na região, principalmente pela existência das guerrilhas, agravando a já existente crise fronteiriça com a Colômbia. Bogotá, sob o recém-empossado governo de Gustavo Petro, reiniciou ações para a normalização das relações entre os dois países, visando buscar uma solução conjunta para diminuir os imbróglios transfronteiriços na região.

Assim, a existência de drones iranianos no arsenal bolivariano demonstra que as relações entre Caracas e Teerã ultrapassaram o campo econômico e adentraram o militar, possibilitando o compartilhamento de inteligência e doutrinas, podendo gerar algum nível de desestabilização na região norte da América do Sul. Ademais, fortalece a indústria de defesa venezuelana, debilitada pela crise estrutural vigente no país, e aumenta a capacidade operativa de vigilância e ataque das Forças Armadas Bolivarianas.



A retomada econômica das Américas via *nearshoring*

Victor Cabral

O Fundo Monetário Internacional destaca possibilidades de recessões globais em 2022 e 2023, impactando sobremaneira a retomada econômica das Américas pós-pandemia de COVID-19, região atualmente afetada pelos impactos do conflito na Ucrânia. A possibilidade de fortalecimento da economia regional foi aventada antes da pandemia, quando o governo de Donald Trump prenunciava uma guerra comercial à China e demonstrava a necessidade de os Estados Unidos (EUA) retirarem sua cadeia de suprimentos da Ásia-Pacífico. A solução estaria no deslocamento dessa para as Américas, em uma prática chamada “*nearshoring*”. Cabe questionar seu funcionamento, benefícios e desafios.

A administração Trump enxergou o *nearshoring* como uma saída à dependência da cadeia de suprimentos estadunidense à Ásia-Pacífico. À época, o México – vizinho territorial e com sólido histórico de comércio com os EUA –, foi visto como substituto dessa cadeia, com a possibilidade de receber vultosos investimentos para expansão industrial e ter suas finanças alavancadas. Se bem-sucedido, o *nearshoring* poderia transbordar para outros países das Américas Central e do Sul, que possuíssem capacidade produtiva ociosa ou capaz de expandir-se. Os EUA beneficiar-se-iam pela redução logística e estabilização da cadeia de suprimentos regional. Contudo, críticos do presidente mexicano, López Obrador, indicam que ele deveria atrair mais capital financeiro internacional ao seu país, facilitando interesses estadunidenses.

O *nearshoring* seria útil para reverter a desindustrialização das Américas das últimas três décadas, a dependência do comércio exterior nas *commodities* e a vulnerabilidade econômica externa a eventuais recessões. Isso ocorreria pelo incremento de investimentos estrangeiros e industriais nos países; aumento das exportações e expansão das reservas internacionais em dólar, vitais para estabilidade econômica em cenários de crise externa. Entretanto, não ocorreram grandes investimentos governamentais e privados no *nearshoring*. Isso, devido ao cenário de incerteza financeira para os próximos meses, dificultando a ampliação de infraestruturas portuárias e em suas conexões ferroviárias e rodoviárias, necessárias ao processo.

Em junho de 2022, na Cúpula das Américas, esperava-se que o presidente estadunidense, Joe Biden, lançasse o *nearshoring* como política econômica regional sob liderança de Washington, mas isso não ocorreu. Inclusive, seu governo promove benefícios fiscais à entrada de empresas estrangeiras, dificultando os trâmites e parcerias com outros países americanos, em uma prática “*anti-nearshoring*”, além de não reduzir a distância logística de sua cadeia de suprimentos, ainda na região Ásia-Pacífico. Assim, demonstra-se que o *nearshoring* poderia ser uma alternativa às fragilidades impostas pelas crises; entretanto, a política já se mostra debilitada e enfraquecida antes mesmo de formalmente negociada pelos líderes do continente americano.



África Subsaariana: um campo em disputa

Isadora Jacques e Luísa Barbosa Azevedo

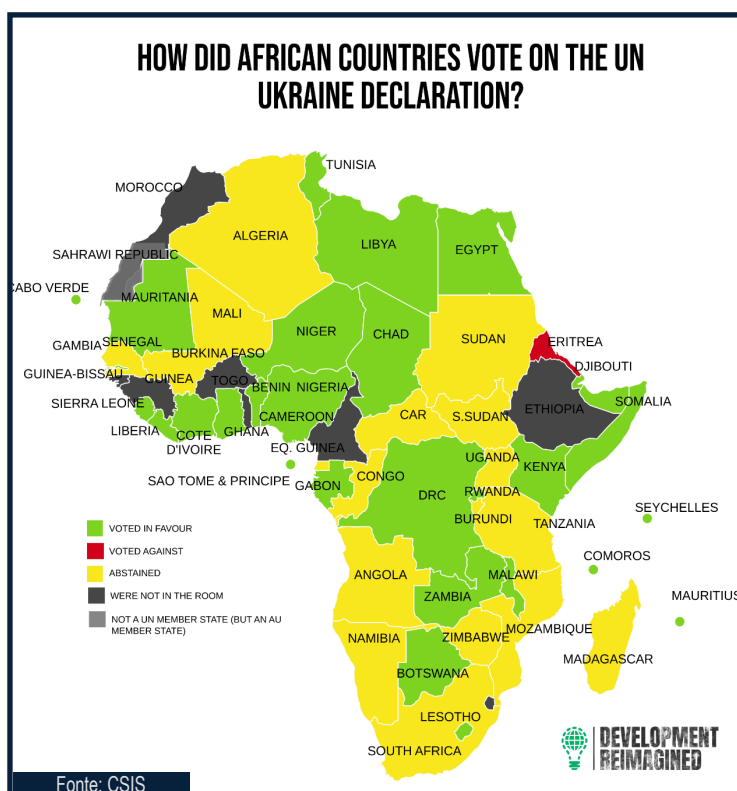
A África Subsaariana é uma região estratégica para a economia global, em função de sua dimensão, localização geográfica e capacidade de exportação de recursos energéticos. O território é alvo de políticas de potências que almejam renovar, retomar ou ampliar relações com o subcontinente. Em agosto de 2022, os Estados Unidos (EUA) anunciaram sua nova estratégia para a região. A França, durante o primeiro mandato do Presidente Emmanuel Macron, enfatizou o estreitamento dos laços com o continente. Ainda, o ministro de Relações Exteriores da Rússia realizou visitas em julho de 2022, buscando quebrar o isolamento diplomático do país por conta do conflito russo-ucraniano. Nesse contexto, como os países do subcontinente africano se posicionam quanto aos interesses das potências exógenas à região?

Em seu escopo, a “U.S. Strategy Toward Sub-Saharan Africa” enfatiza mudanças na ordem internacional, citando a importância africana por seus blocos econômicos, recursos naturais e proporção de votos na Assembleia Geral das Nações Unidas. Ainda que de maneira generalista e sem citar especificamente qualquer país, o documento realça políticas de recuperação para a COVID-19, impactos do conflito russo-ucraniano e recessão econômica global. Ademais, evidencia a disputa com China e Rússia na região. Essa competição dá-se em um cenário subsaariano de parcerias estratégicas com companhias de segurança russas (Boletim 158 e 166) e a

possível construção de uma base naval chinesa na costa ocidental africana (Boletim 154).

Ainda, a França, com histórico colonial na região, poderia favorecê-la através de políticas para fornecimento de bens públicos, infraestrutura e redistribuição de riquezas, com a presidência francesa no Conselho da União Europeia em 2022. Isso, em um contexto de impactos inflacionários sentidos desde a parte Oriental, com a alta de 245,1%, no Sudão, até a Austral com o maior índice em 13 anos na África do Sul. A Nigéria, maior economia subsaariana, também passa por uma crise de endividamento no setor de energia, uma commodity essencial àquele país.

Portanto, pela existência de fragilidades e necessidades estruturais que possibilitam a aproximação de atores externos, a África Subsaariana é alvo de políticas, estratégias e interesses distintos por parte de potências externas, destacada sua importância político-estratégica, recursos naturais e contingente populacional. De modo geral, os países subsaarianos seguem com a diversificação de parceiros econômicos e a neutralidade na competição EUA-China e no conflito russo-ucraniano. Espera-se que os países subsaarianos mantenham a neutralidade quanto às questões alheias à região e também que os posicionamentos, estratégias e projetos externos viabilizem a cooperação em prol do desenvolvimento africano.



DOI 10.21544/2446-7014.n168.p.07.

Os riscos ao setor de petróleo no Golfo da Guiné

João Victor Marques Cardoso

A crise geopolítica gerada pelo conflito na Ucrânia reorientou os fluxos energéticos no mundo ([Boletim 158](#)), evidenciando os fatores críticos às atividades petrolíferas no Golfo da Guiné (GoG). À medida que o petróleo russo é comercializado, principalmente para a China e a Índia, os Estados Unidos (EUA) e a Europa encontram alternativas no GoG ([Boletim 164](#)), intensificando os fluxos marítimos no Atlântico. Ao mesmo tempo em que essas atividades se tornam mais lucrativas, há maior exposição a riscos no domínio marítimo. Destaca-se que os preços do barril seguem em torno dos US\$ 100 e as taxas de fretes de petroleiros tornaram-se 170% mais altas na rota “África Ocidental-Costa do Golfo dos EUA”. Assim, questiona-se qual a incidência de riscos às atividades petrolíferas no GoG.

No primeiro semestre de 2022, o Bureau Marítimo Internacional registrou 58 incidentes de pirataria e roubo armado na costa, sendo o menor nível semestral desde 1994. Do total, dez casos de roubo e dois de pirataria ocorreram no GoG, o que representa uma queda de 48% em relação ao mesmo período de 2021 e de 70% ante 2020. Ademais, entre os 58 incidentes no planeta, 18 foram reportados contra petroleiros, como em Angola,

Costa do Marfim e Libéria.

Tamanha retração no GoG decorre dos investimentos em meios militares para aprimorar a consciência situacional marítima em especial na Nigéria ([Boletim 156](#)) – onde nenhum incidente foi reportado –, embora crimes dessa natureza ainda sejam relevantes na definição do escopo de políticas e estratégias marítimas. Cita-se o lançamento, em julho de 2022, de um mecanismo de monitoramento de iniciativas e compromissos antipirataria pelo governo nigeriano junto à Câmara Internacional de Navegação.

Além dos crimes supracitados, outros riscos se impõem às atividades de exploração e produção, como o roubo nos elos logísticos que paralisam poços e oleodutos. Segundo o órgão regulador na Nigéria, em média, 120 mil barris por dia foram roubados no primeiro trimestre de 2022, somando perdas de US\$ 1 bilhão. Finalmente, a mitigação dos riscos torna-se necessária para maximizar a oportunidade de ampliar as receitas do setor com a exportação para mercados ocidentais e, considerando a maior demanda africana até 2030 em dois terços da produção continental de petróleo e gás, a garantia do abastecimento interno.



DOI 10.21544/2446-7014.n168.p 08.

Segurança energética em tempos de crise: o ilustrativo caso da Alemanha

Victor Magalhães Longo

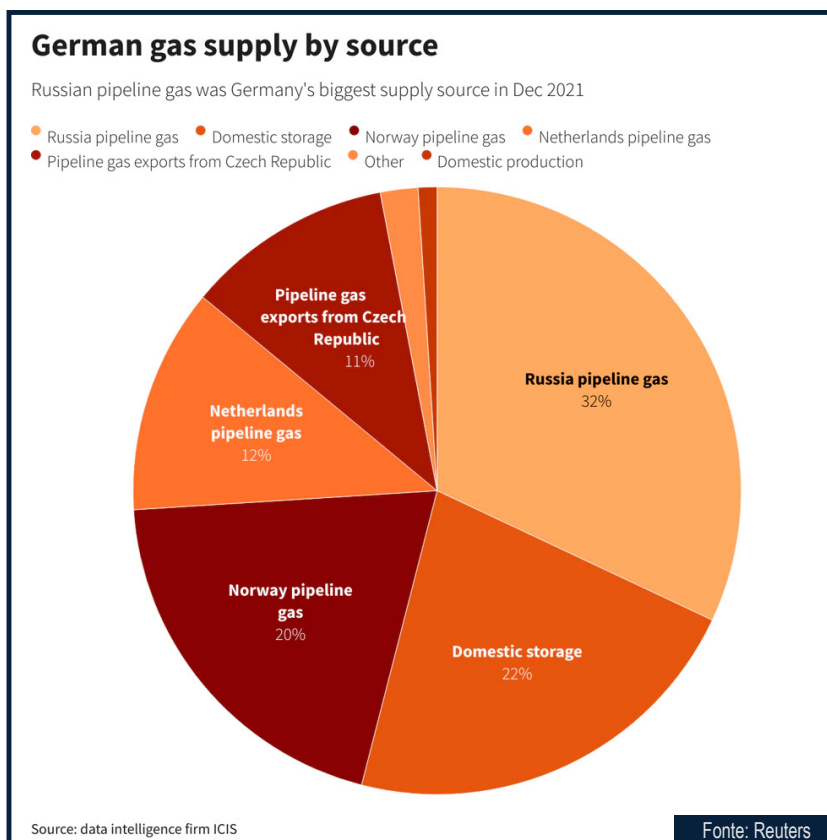
Sem perspectiva de término para o conflito russo-ucraniano e com a aproximação do inverno europeu, a crise energética na União Europeia (UE) parece estar longe do fim. Em retaliação ao apoio que o bloco vem dando à Ucrânia, Moscou tem reduzido o fluxo de gás natural para a UE. Um dos países mais afetados é a Alemanha, que até então tinha metade de sua demanda anual de gás fornecida pela Rússia. Diante desse contexto, como Berlim tem buscado garantir sua segurança energética?

A severa redução na oferta de gás natural à Europa fez o preço da *commodity* disparar e criar o receio de desabastecimento generalizado ou racionamento severo. Como consequência, uma ação emergencial do bloco foi o estabelecimento de uma meta, por ora voluntária, para reduzir o consumo de gás de cada país em 15% entre agosto de 2022 e março de 2023. No caso da Alemanha, foi estabelecido um plano de emergência de três partes para lidar com o risco de escassez e, desde 23 de junho, o país acionou o nível dois desse plano.

Durante décadas os governos alemães argumentavam que não havia alternativas viáveis para o suprimento de gás e que a confiabilidade do fluxo estava assegurada pela interdependência entre Alemanha e Rússia. Hoje, o governo admite seu equívoco e diz ser possível superá-

la até o verão europeu de 2024, um plano extremamente ambicioso. Uma parte desse plano é o acordo já firmado de importação de gás natural liquefeito (LNG) estadunidense para a Europa ([Boletim 165](#)). Não obstante, as possibilidades de gerar energia de outras fontes de forma significativa ainda em 2022 são muito limitadas: as três usinas nucleares que ainda operam na Alemanha estão em estado avançado de desativação, a ampliação do parque eólico ou solar não pode ser feita repentinamente ([Boletim 163](#)) e a extração de gás natural por meio do *fracking*, técnica que polui o subsolo, é banida no país e extremamente impopular. A única alternativa viável de curto prazo parece ser a já aprovada reativação de usinas a carvão, inclusive de lignito, um tipo de carvão extremamente poluente.

A histórica discussão quanto à segurança energética da União Europeia, e especificamente da Alemanha, tem potencial de atingir um ponto de inflexão. Há mudanças sendo colocadas em prática que não foram realizadas nos últimos vinte anos. Nesse cenário, as “trocas” a serem feitas são aceitar aumento na dependência de outros atores, como Estados Unidos, e comprometer sua busca por uma matriz energética mais limpa, ao menos no curto prazo.



Um novo capítulo das relações entre Espanha e Marrocos

Vitória França

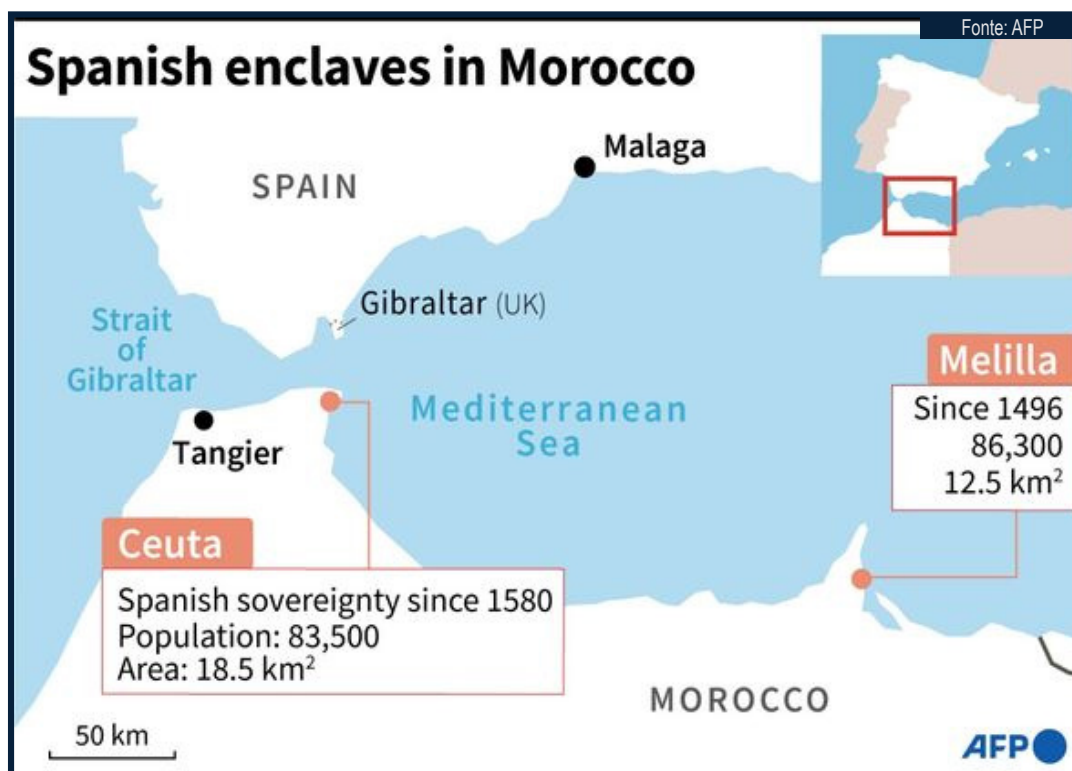
Desde que Marrocos e Espanha se reconciliaram em março e reabriram suas fronteiras terrestres em maio, os dois países vêm estreitando ainda mais seus laços. Exemplo disso é que, em 10 de agosto, Madri e Rabat reiteraram sua vontade de fortalecer a cooperação sobre migração irregular e terrorismo após meses de renegociação. A instrumentalização da migração, em particular, não é algo novo nas relações diplomáticas hispano-marroquinas. Sendo assim, como pode ser analisada a relação atual dos Reinos a partir dela?

Ao longo dos últimos 40 anos, os laços entre os países evoluíram de tal forma que Rabat tornou-se o principal parceiro comercial e estratégico da Espanha na África. Entretanto, cabe ressaltar que as relações entre Espanha e Marrocos sempre foram igualmente prósperas e conflituosas. Além dos aspectos positivos das relações comerciais, complementaridade econômica e cooperação na luta contra o terrorismo, há também aspectos problemáticos: reivindicações territoriais sobre possessões espanholas na África, questões de delimitação marítima e imigração. Como resultado, as relações entre Madri e Rabat têm sido de natureza cíclica, com fechamentos e reaberturas de fronteira, ou mesmo declarações de ruptura e retornos diplomáticos nesse tempo.

Como comentado, a complexidade da relação entre

ambos os países gira em torno de um eixo: migração. Nos últimos anos, Melilla e Ceuta, as únicas fronteiras terrestres da União Européia com a África, tornaram-se uma alavanca diplomática para resolver conflitos e fechar acordos - principalmente favorecendo Rabat, que, inclusive, as utilizava deliberadamente ao interromper repetidamente as patrulhas de fronteira e permitir milhares de travessias para os enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla. Com a recente promessa geral de colocar as relações bilaterais em uma nova e positiva base, Madri pode ter obtido algumas garantias quanto à cooperação marroquina no controle da migração — mesmo que de forma violenta, com a militarização das fronteiras — e a normalização das relações com os enclaves espanhóis.

A decisão de Espanha em estreitar de vez sua relação com o Marrocos pode ser vista como uma jogada em um esforço para normalizar e controlar os fluxos migratórios em sua fronteira. Porém, a medida é consideravelmente tênue, uma vez que Rabat deve continuar com uma vantagem persuasiva sobre a Espanha, cujas respostas ao discutir publicamente Ceuta e Melilla são mais evasivas do que assertivas. Assim, a natureza cíclica das questões entre os Reinos implica que os pontos altos em suas relações sejam passageiros. Podendo ser observados nesse momento como mais um capítulo dessa história.



O cenário geopolítico russo à luz da nova doutrina naval russa

Pedro Martins

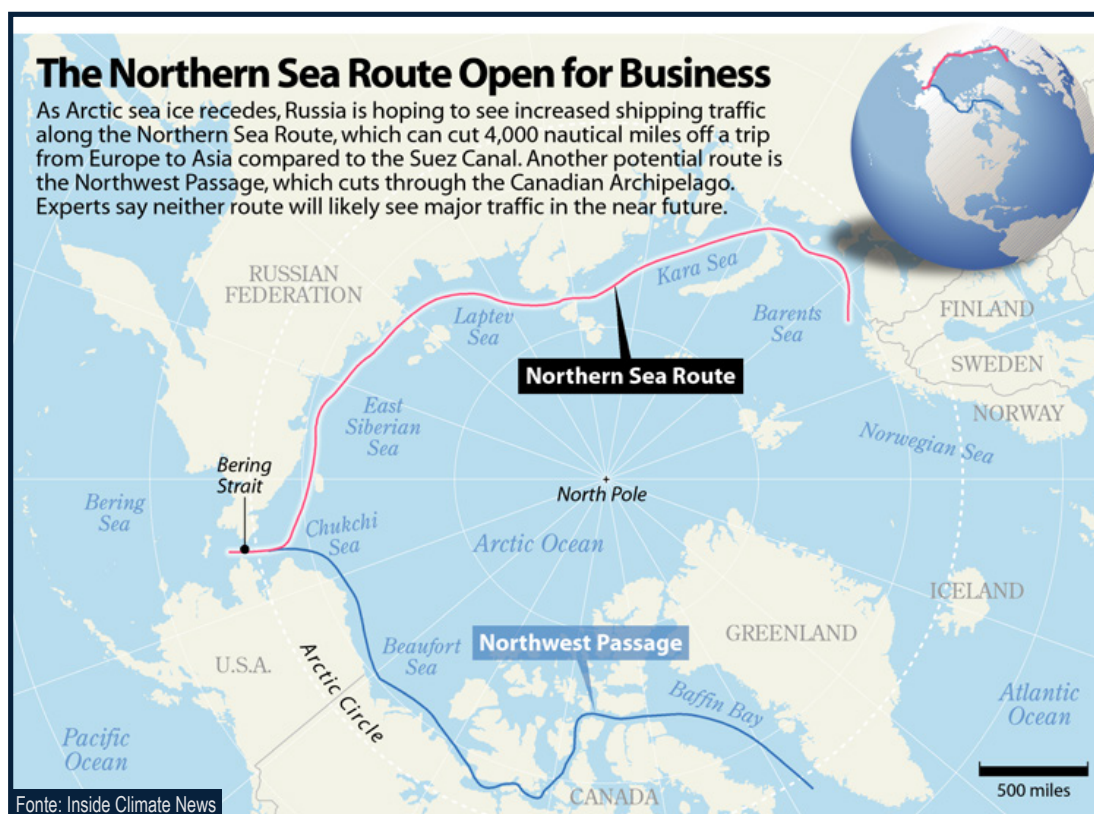
Durante seu discurso no Dia da Marinha, em 31 de julho, o Presidente russo, Vladimir Putin, anunciou a publicação da nova doutrina naval da Federação Russa. Substituindo a versão de 2015, o atual documento reflete as mudanças pelas quais o cenário geopolítico internacional passou nesses últimos 7 anos *vis-à-vis* o país. Nesse sentido, como a doutrina naval russa se insere no atual contexto geopolítico global?

Entre o documento de junho de 2015 e o atual, os laços de Moscou com o Ocidente pioraram sensivelmente, sobretudo quando se consideram as relações com os Estados Unidos. Naquela ocasião, os eventos da *Euromaidan* haviam se estabilizado e, ao mesmo tempo, a política externa russa havia se tornado mais proativa para além do entorno estratégico, uma vez que a participação russa na Guerra Civil Síria começaria em setembro de 2015. Por seu turno, o documento atual vem na esteira do início das hostilidades entre Moscou e Kiev. Refletindo essa deterioração das relações entre Rússia e Ocidente e a assertividade da política externa russa, a atual doutrina naval considera que exista uma “política de contenção da Rússia” por parte dos Estados Unidos e seus aliados, bem como considera uma ameaça a expansão da OTAN em direção às fronteiras russas

e exercícios dessa organização em águas adjacentes ao seu território.

Para além das tensões acirradas com o Ocidente, o novo documento também elenca prioridades regionais. No Ártico, é o desenvolvimento da “*Northern Sea Route*” — uma via marítima que passa pelo Ártico russo — como uma rota aberta o ano todo, bem como o fortalecimento das esquadras do Norte e do Pacífico. No Pacífico, as prioridades envolvem integrar o Extremo Oriente russo com a porção europeia do país e com o espaço econômico da Ásia Pacífico. No Índico, estabelece-se como prioridade o fortalecimento de relações com a Arábia Saudita, Índia, Iraque e Irã, bem como a preservação e manutenção de uma presença naval da Rússia no Golfo Pérsico na forma de pontos de apoio logístico no Mar Vermelho e no Oceano Índico, além da ilusão da infraestrutura dos Estados da região no interesse de apoiar atividades navais da Federação Russa na região.

Nesse âmbito, pode-se perceber que a doutrina naval russa está inserida em um contexto global de deterioração das relações do país com o Ocidente e, portanto, também acaba por se conectar à busca por maior assertividade de sua política externa do país no cenário internacional.



Congelada pelas sanções? Os obstáculos da Novatek no Ártico

Luiza G. Guitarrari

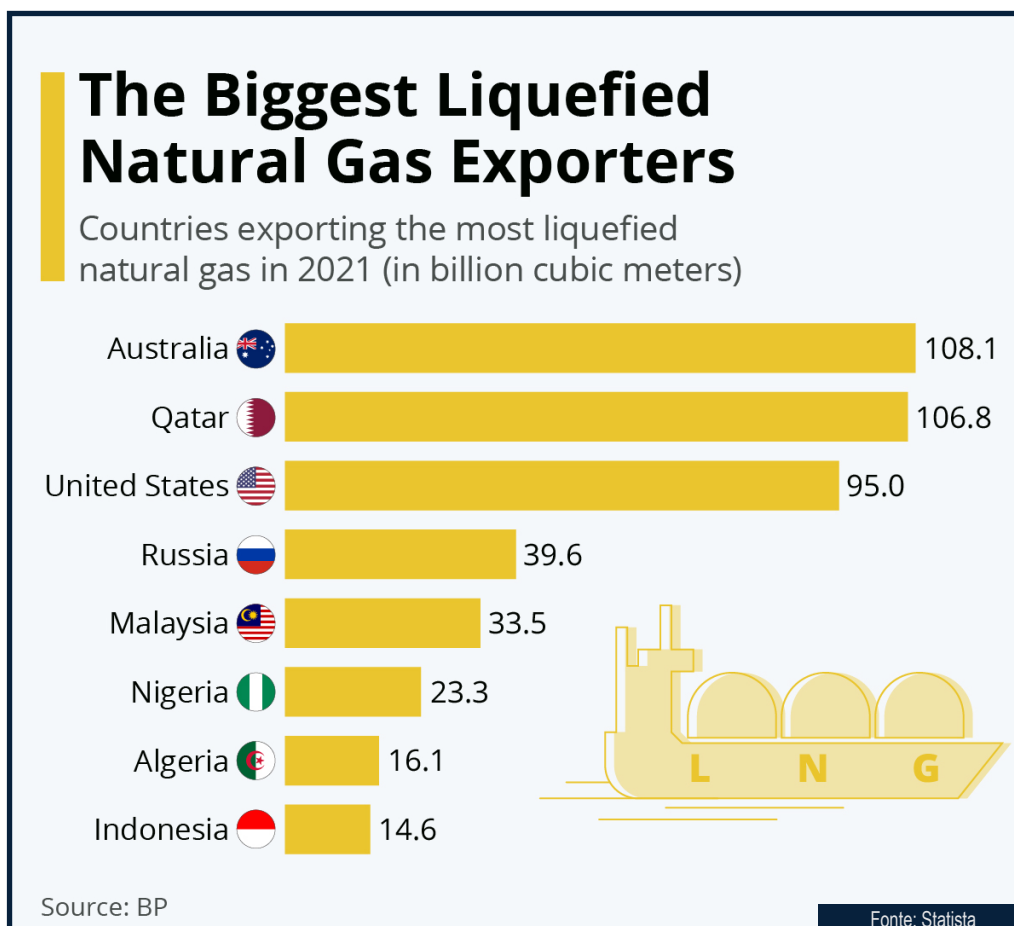
O mercado mundial de gás natural liquefeito (GNL) pode experimentar um aumento de 3,6% na demanda até 2035, segundo a empresa de consultoria *McKinsey*. Diante disso, enquanto quarta maior exportadora de GNL, a Rússia ambiciona expandir sua participação em até 20% do mercado global. Para tanto, Moscou se valerá da exploração de recursos naturais no Ártico, principalmente a partir dos projetos *Arctic LNG 2* e *Ob LNG*, da empresa russa *Novatek*, que pretende entregar 19,8 milhões de toneladas/ano ([Boletim 148](#)). Todavia, face às sanções impostas ao seu setor de hidrocarbonetos, como a Rússia tornará seu projeto operacional?

Apesar dos expressivos 39,6 bcm de GNL russo exportados em 2021, o desafio atual é centrado na dependência por tecnologias estrangeiras de liquefação. Nesse sentido, seis meses após o início do conflito na Ucrânia, o Estado russo tem sido impactado pela saída de empresas de energia de seu território, principalmente na porção ártica do Golfo de Ob. A região concentra os principais projetos da *Novatek* destinados à produção e transporte de GNL e, até o início do mês de agosto, contava com a participação de empresas como a estadunidense *Baker Hughes*, a italiana *Saipem* e a francesa *Technip*.

No caso da *Baker Hughes*, essa se comprometeu a

construir 20 turbinas a gás de até 75 MW, das quais sete seriam destinadas ao primeiro módulo de produção do *Arctic LNG 2*, na península de Gydan. Contudo, até 25 de maio, apenas quatro turbinas foram entregues à *Novatek* e, após essa data, foi interrompida a entrega de quaisquer equipamentos relacionados à produção de GNL russo. Nesse sentido, estando esse módulo 78% concluído e previsto para ser operacionalizado em 2023, a *Novatek* reorientou seu projeto em torno das turbinas já entregues. Aliado a isso, a empresa russa sinalizou que pretende encomendar uma usina de energia flutuante de 300-400 MW da empresa turca *Karpowership*. Comissionada em navio, a usina será capaz de fornecer energia elétrica para a primeira parte do projeto. Porém, ainda está em discussão como ocorreria o fornecimento de peças de reposição para o funcionamento das turbinas e qual método utilizado para o segundo e terceiro módulos do *Arctic LNG 2*, ambos com previsão de lançamento para 2024 e 2025.

Portanto, alinhada à dificuldade financeira imposta pelas sanções, há ainda uma defasagem em torno de fornecimento e *know-how* de fabricantes de tecnologia que a *Novatek* espera suprir via parceiros alternativos.



DOI 10.21544/2446-7014.n168.p12.

O novo *White Paper* japonês e suas implicações para as relações nipo-coreanas

Thomas Dias Placido

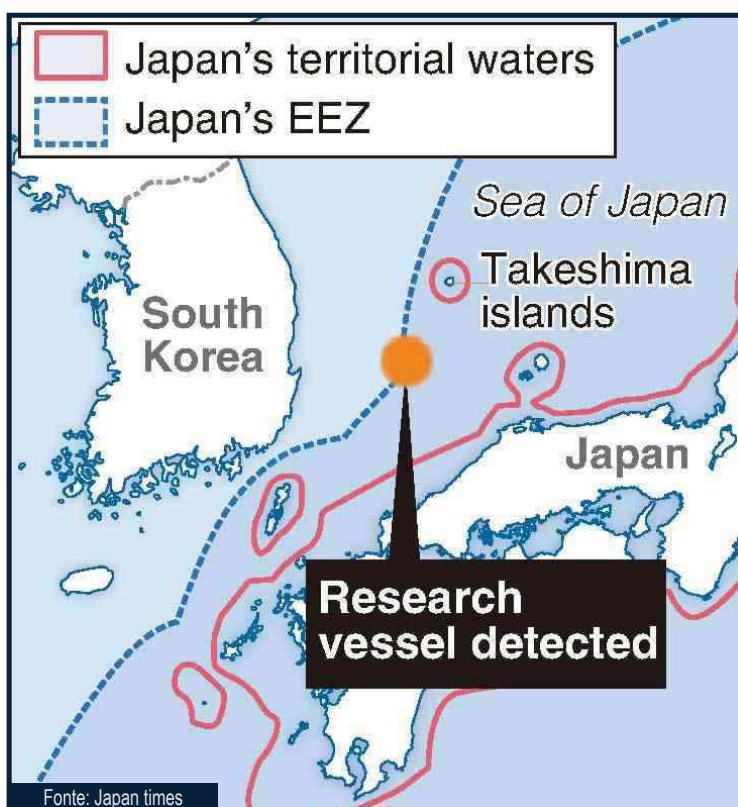
Japão e Coreia do Sul possuem laços culturais ricos, mas as relações entre as duas nações têm sido marcadas por tensões sobre questões históricas referentes à colonização nipônica na Península Coreana no século passado. Atualmente, destaca-se que um dos principais atritos entre ambas está na disputa geoestratégica abrangendo as ilhas *Dokdo*, administradas por Seul, as quais os japoneses chamam de *Takeshima*. Marcada pela interseção de zonas de influência, a questão dos territórios contestados foi reacendida com a publicação do *Defense White Paper* japonês no dia 22 de julho. Assim, cabe analisarmos seus potenciais desdobramentos para a relação contenciosa entre Tóquio e Seul.

A seção do documento que trata sobre a Coreia do Sul voltou a reiterar críticas aos exercícios militares e testes oceanográficos sul-coreanos perto do conjunto de ilhas, além de reivindicá-las pelo 18º ano consecutivo. Entretanto, atenta-se que o relatório diferiu significativamente em comparação ao ano de 2021, observando que o ambiente de segurança "cada vez mais severo e complexo" tornou a cooperação entre Seul e Tóquio "mais importante", em referência à presença de forças militares regionais no Leste Asiático.

Situados no Mar do Japão, ou Mar do Leste para os sul-coreanos, as ilhas são importantes para os dois

países, pois, ambos pobres em recursos energéticos, buscam fontes de energia alternativas para diminuir a dependência de importações estrangeiras. Nessa perspectiva, ambos os governos estão interessados em garantir o acesso às grandes reservas naturais de hidrocarbonetos na vizinhança do território marinho e o mesmo se aplica ao rico depósito de recursos pesqueiros conhecido como *Yamatotai*. No âmbito de segurança, a administração sul coreana construiu um observatório de defesa aérea e o gerencia como uma base estratégica, facilitando a aquisição de informações comerciais e militares, incluindo movimentações da Esquadra russa do Pacífico, da Guarda Costeira japonesa e embarcações norte-coreanas.

Portanto, com a reafirmação da soberania sobre as ilhas no *White Paper*, entende-se que o Japão ainda demonstra assertividade em relação ao território disputado, mas que pode vir a um preço alto caso desestabilize ainda mais as relações com seu vizinho mais próximo. Sabe-se, que, do ponto de vista político, as ilhas são cruciais para o Japão, pois qualquer renúncia à sua reivindicação territorial enfraqueceria suas reclamações aos litígios com a China e a Rússia; todavia, entre a manutenção de uma ordem marítima cooperativa com a Coreia do Sul e sua política geoestratégica contundente, Tóquio terá de escolher precisamente.



Todos os olhos no Estreito de Taiwan

Guilherme Carneiro

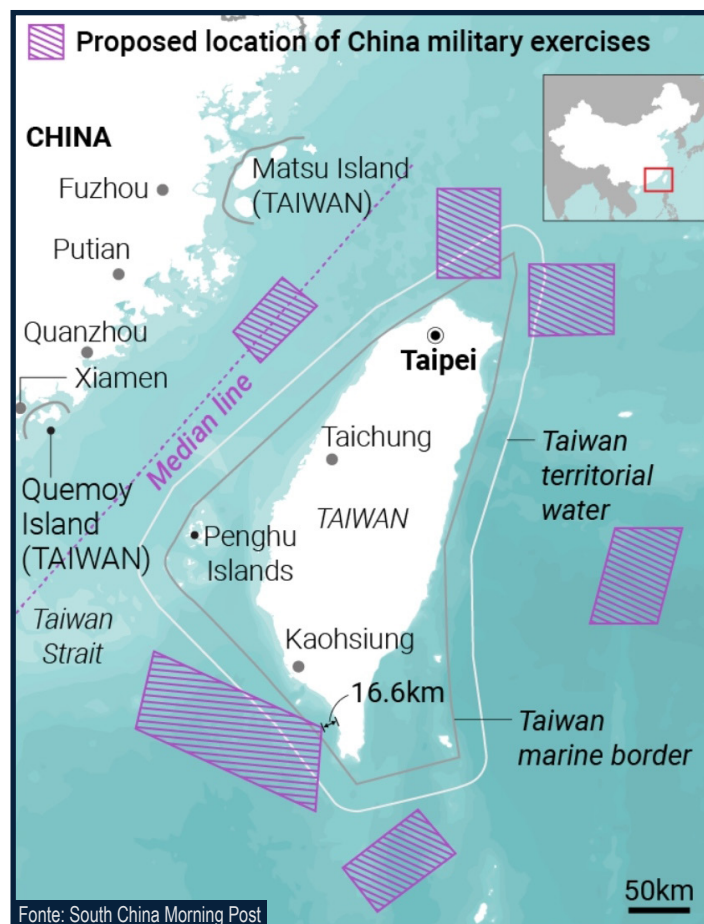
No início de agosto, todos os olhos se voltaram ao Estreito de Taiwan. A Presidente da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, Nancy Pelosi, fez uma breve passagem por Taiwan durante sua viagem à Ásia. A ida gerou um dos maiores e mais coordenados exercícios militares que a China continental já realizou no Estreito e no entorno da ilha, além da publicação de um *white paper* chinês que traz como objeto principal o desejo de reunificação. Dessa forma, o presente texto busca analisar as consequências que a passagem da Presidente da Câmara desencadeou para Pequim e Taipei.

Após a saída de Pelosi da ilha, Pequim mobilizou em tempo recorde um dos maiores e mais bem coordenados exercícios militares na região. Já era esperada uma reação chinesa, mas os últimos exercícios demonstraram de forma clara como seria um possível processo de reunificação da ilha à China continental. Em quatro dias, o Exército de Libertação Popular integrou todas as suas forças armadas, lançando mísseis balísticos diretamente sobre Taiwan, mandando aeronaves próximas à zona aérea da ilha e com embarcações que cruzaram o mediano que dividia o Estreito, realizando seus exercícios navais mais próximos às águas territoriais de Taipei. A mensagem foi bastante clara: A China está preparada e pode realizar um

bloqueio a Taiwan.

Ao término dos exercícios militares, Pequim publicou um novo *white paper* sobre Taipei, o terceiro desde 1993. O documento traz a reunificação da ilha como uma prioridade para o país e, ainda que priorize um processo pacífico, não descarta o uso da força. As justificativas de unidade baseiam-se nas relações históricas entre continente e ilha, que somente juntos conseguiriam evitar invasões estrangeiras a Taiwan. Apesar de não haver grande mudança semântica entre o documento mais atual e os anteriores, há o indicativo de que a ilha poderia vir a ter menos autonomia.

Observando o cenário internacional, é pouco provável que a China tome alguma medida mais drástica em relação a Taiwan, entretanto, a passagem de Pelosi deixou sequelas. O que deveria ser um ato de intimidação à China se tornou uma perfeita oportunidade para o país projetar seu poder sobre a ilha, mudar as relações na região e realçar as vulnerabilidades de Taipei, sendo a principal, sua proximidade com o continente. Deste modo, o que ditará a escalada, ou não, das ações chinesas no Estreito, será a extensão das interações entre Taiwan e demais membros da comunidade internacional.



DOI 10.21544/2446-7014.n168.p14.

Um ano no poder: o Talibã e os desafios no Afeganistão

Gabriela Santos e Iasmin Gabriele Nascimento

No decorrer dos últimos meses, a atenção de especialistas em segurança internacional, direitos humanos e política externa estiveram voltados para o Afeganistão: no dia 15 de agosto de 2021, Cabul, capital do país sul asiático, foi retomada pelo Talibã, conforme abordado ostensivamente no (Boletim 147). Um ano após a tomada do poder pelo grupo e da saída das tropas estadunidenses do território afegão, cabe refletir sobre o impacto do momento histórico tanto para o Afeganistão quanto para outros atores envolvidos no conflito.

Um dos maiores prejuízos para o país, sem dúvidas, foi o dano humano – uma parcela significativa da população enfrenta hoje situações de vulnerabilidade econômica, agravadas pelas sanções que o país sofreu e a incapacidade do grupo extremista em gerir a economia nacional. Para os Estados Unidos, por outro lado, a retirada de suas tropas acarretou críticas à gestão de Joseph Biden e pôs em xeque a qualidade da articulação das Forças estadunidenses no território afegão, especialmente pela desorganização durante o processo de saída.

Bilhões de dólares em armas e equipamentos militares deixados para trás pelas tropas estadunidenses deram ao Talibã a vantagem sobre as células remanescentes de resistência armada, e ainda garantiram um enrijecimento de seu controle territorial. Entretanto, embora os conflitos

armados tenham diminuído significativamente nos últimos meses, confrontos pontuais com outros grupos jihadistas e disputas internas entre facções permanecem.

Um dos aspectos mais notáveis da administração tem sido o aumento da violência contra a resistência pacífica. Embora o Talibã tenha prometido medidas destinadas a proteger determinados direitos sociais, as autoridades vêm intensificando punições contra ativistas e opositores. As violações de direitos humanos relatadas nos últimos meses recaem, principalmente, sobre mulheres, jornalistas e educadores que se opõem às políticas regressivas do atual governo. Similarmente, o declínio na qualidade de vida das mulheres também marca a atuação do regime, com a implementação de restrições aos direitos de locomoção, acesso à educação e ao local de trabalho, afetando milhões de afegãos.

Em que pese as objeções e denúncias da comunidade internacional, o ano desde que o Talibã voltou ao poder tem sido moldado pela ampliação de seu domínio no país. No entanto, o isolamento diplomático, os retrocessos em políticas de direitos humanos e a continuidade da derrocada econômica contrapõem-se à melhora no contexto geral de segurança. São evidentes as múltiplas facetas da crise que o Afeganistão enfrenta, e ainda não há nada estável ou seguro sobre a situação.



Tailândia: construção de submarino e os desafios à autonomia em Defesa

Matheus Bruno Pereira e Thayná Fernandes

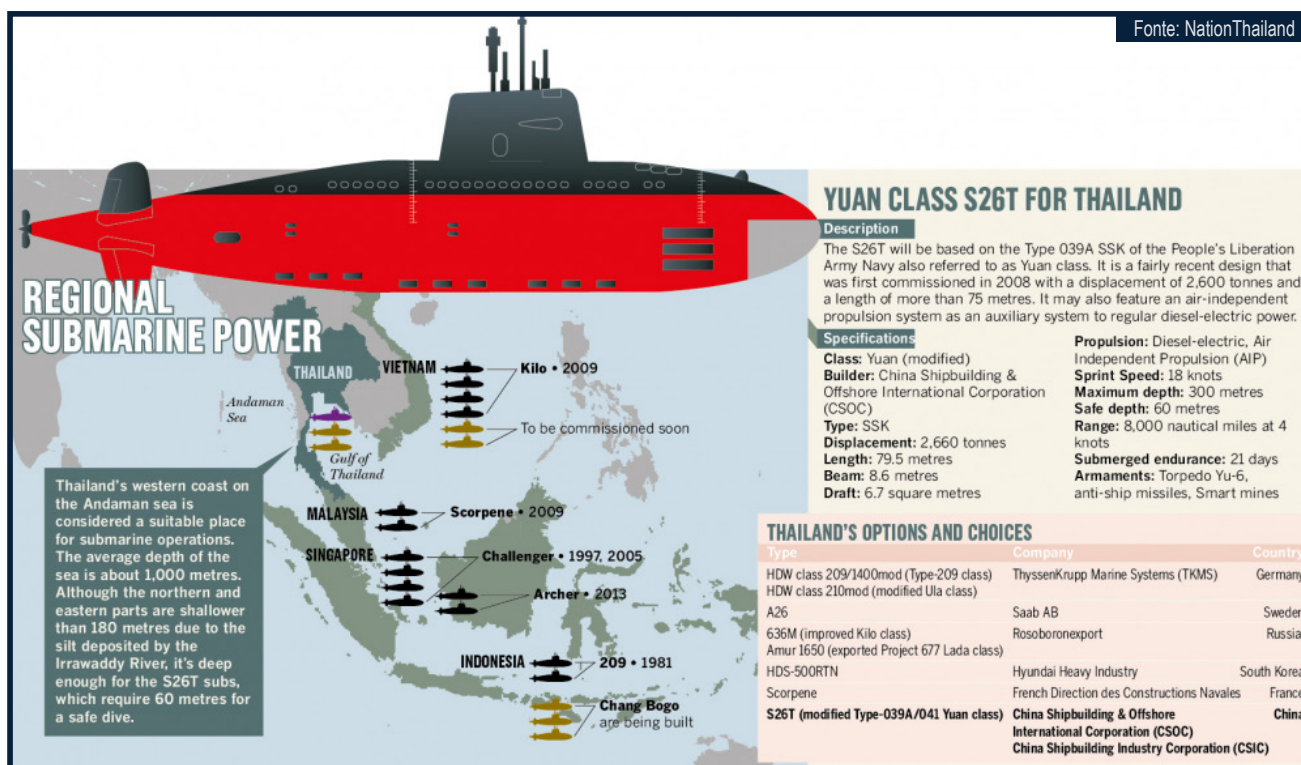
A Marinha Real da Tailândia reconsiderou a proposta da *China Shipbuilding & Offshore International* sobre o fornecimento do motor diesel-elétrico produzido na China para o seu submarino *S26T Yuan*. A construção da embarcação teve entrave após o mecanismo de propulsão do submarino, que seria fornecido pela Alemanha, ter a venda cancelada devido ao recente embargo adotado por Berlim ao comércio de materiais de defesa com a China. A alternativa chinesa, um motor *CDH620*, nunca foi utilizada anteriormente em submarinos, mas um modelo aprimorado foi apresentado à Marinha tailandesa, que pretende seguir com a construção caso o motor passe nos testes. Os esforços pela continuidade do projeto demonstram que os interesses dos Estados podem dificultar a responsabilidade comercial e as relações bilaterais.

Da perspectiva tailandesa, além do Mar do Sul da China, o Golfo da Tailândia é outra importante região na Ásia em que as extensões litorâneas dos países se sobrepõem: com 320 mil km² de extensão e 7,3 trilhões de reservas estimadas de gás natural (EIA, 2017), banha Camboja, Malásia, Tailândia e Vietnã. Tamanha fonte energética propiciou que Bangkok assinasse com a Malásia um Memorando de Entendimento em 1979, válido por 50 anos (até 2029), estabelecendo negociações de exploração e criando uma Área de Desenvolvimento

Conjunto (JDA, em inglês); contudo, mesmo cooperando, ambos possuem reclamações em cerca de 7.250 km² deste espaço. Tal situação impulsiona a Tailândia a adquirir submarinos para minimizar sua desvantagem nas próximas negociações da JDA, considerando que não possui nenhum, enquanto a Malásia possui dois da classe *Scorpène* e pretende adquirir outros até 2040.

A China vem realizando uma série de acordos para a venda de embarcações para países do Indo-Pacífico, principalmente submarinos, além de investir na infraestrutura portuária de Estados parceiros. No Sudeste da Ásia, é possível observar esse movimento no Camboja, Mianmar e Tailândia. A presença chinesa no meio naval regional poderia facilitar novos tipos de interações, como receber navios chineses em portos locais. Assim, Pequim garantiria pontos de apoio logístico para a sua esquadra sem necessitar de bases militares próprias na região. Além disso, o país vem explorando o estreitamento de laços com a Tailândia desde o golpe de Estado em 2014, que prejudicou as relações tailandesas com os EUA, aliado histórico.

Este complexo cenário reforça a importância de um Estado ter meios dissuasórios adequados para garantir sua soberania e poder negociar de maneira mais equilibrada. Contudo, depender exclusivamente da China pode não ser tão vantajoso a Tailândia.



O tripé estratégico polar argentino e o avanço nas relações com o Brasil

Gabriela Paulucci Hora Viana

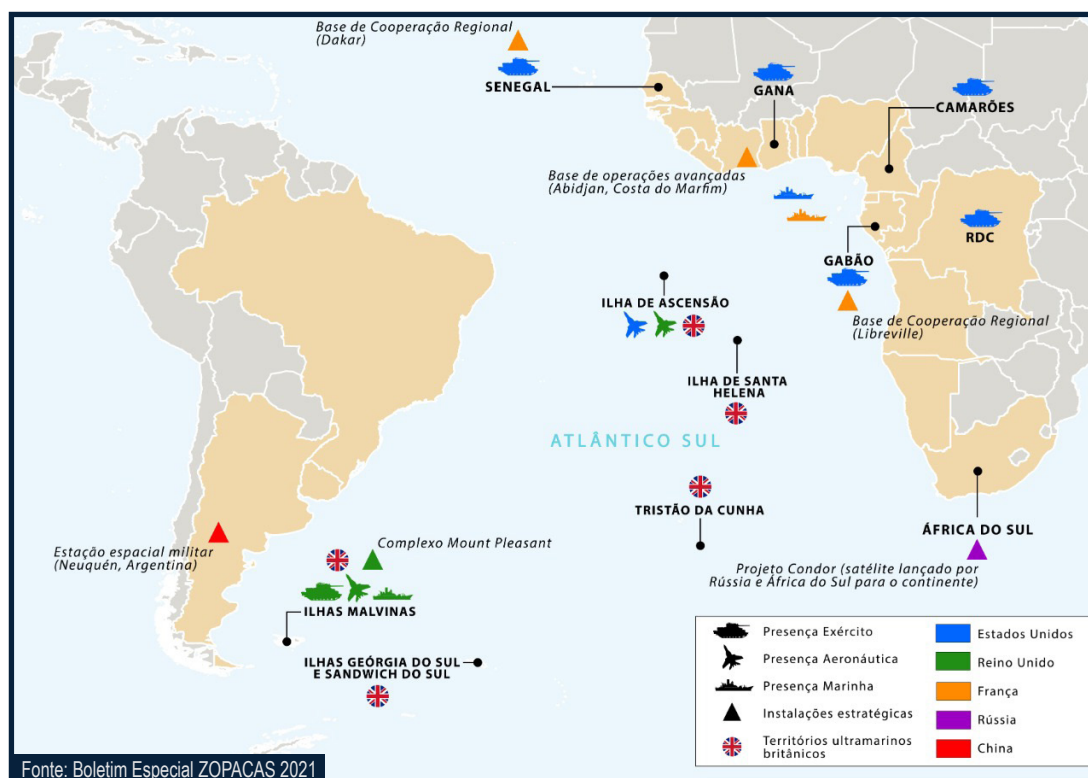
As Ilhas Malvinas e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) tangenciam um dos principais elementos estratégicos para a Argentina e impactam diretamente em sua influência no Atlântico Sul. Ao mesmo tempo, o Brasil também possui estes elementos como fundamentais em sua política externa, ainda que indiretamente. Ambos os países possuem uma presença ativa e estratégica no Atlântico Sul. Nesse sentido, o último 16 de agosto ficou marcado pela visita do secretário de Malvinas, Antártica e Atlântico Sul da Argentina, Guillermo Carmona, a Brasília. O secretário ressaltou que a região é um tripé estratégico para o país. Decerto, estes pilares são fortalecidos com o apoio brasileiro sob a reivindicação de soberania argentina nas Ilhas Malvinas.

A relevância dessa visita se faz presente ao passo em que as tensões nas citadas Ilhas voltaram à tona, especialmente com a assinatura de um acordo entre Argentina e China, em fevereiro deste ano. À época, a China reafirmou seu apoio à reivindicação argentina às Malvinas (Boletim 161). É neste sentido que a visita de Carmona intencionou apoio para a reativação do mecanismo ZOPACAS e reforçou o anseio argentino de maior cooperação regional com o Brasil. Ainda que em latência, tal mecanismo é um importante fórum de cooperação e diálogo entre as nações soberanas lindeiras

ao Atlântico Sul e que o Brasil muito valoriza.

Buscando assegurar a continuidade da sua reivindicação de soberania, a ciência argentina vem alcançando novos passos. Sob o contexto do Atlântico Sul e da Antártica, tecnologia e ciência são sinônimos de soberania. Ao mesmo tempo, no caso do sexto continente, a acumulação de conhecimento, impulsionada por investimentos contínuos, são capazes de assegurar vantagens comparativas para uma possível revisão do Tratado Antártico no futuro. Sabendo disso, no início do mês de agosto, mais três novos laboratórios argentinos foram anunciados e serão construídos nas bases *Orcadas*, *Esperanza* e *San Martin* e nos refúgios *Vega* e *Cerro Nevado*, próximos à base de *Marambio*.

Estes movimentos de busca por parcerias estratégicas e redes de apoio no território sul-americano são importantes e ilustram o bom relacionamento bilateral Brasil-Argentina. É importante lembrar que o Brasil tem apoiado a reivindicação argentina de soberania sobre as Ilhas Malvinas. Uma expectativa para uma possível reativação da ZOPACAS ilustraria um avanço nas relações destes dois atores chaves no Atlântico Sul e, mais do que nunca, esse movimento estratégico impacta nas dinâmicas geopolíticas do tabuleiro antártico e sul-atlântico.



Batalha das moedas: ascensão dos BRICS

Maria Cláudia Nunes

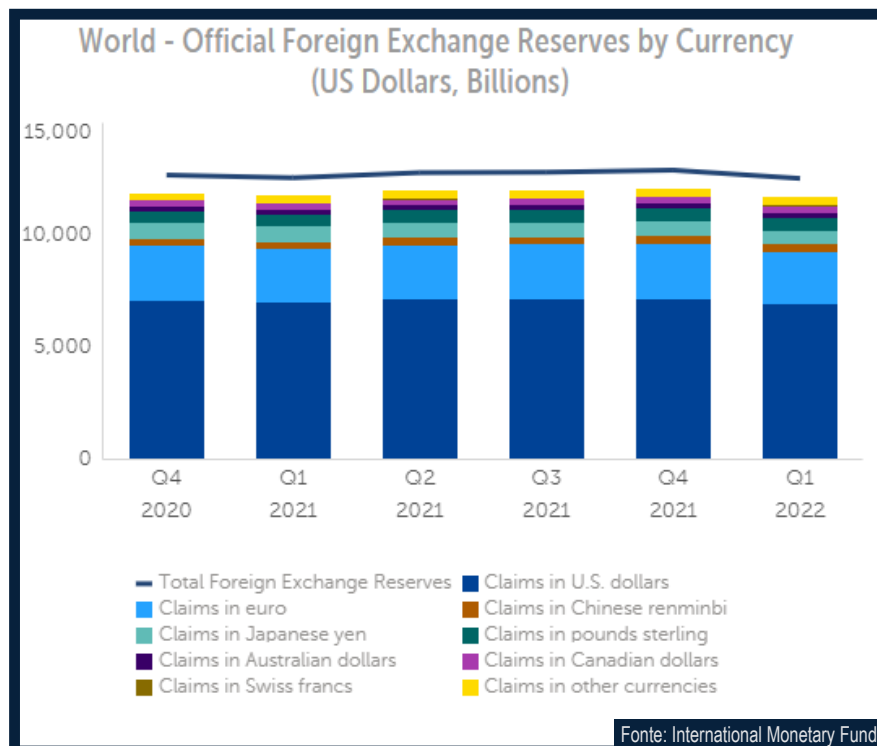
O afastamento da Rússia do sistema financeiro mundial levou a várias indagações sobre a neutralidade do mesmo, particularmente sobre o uso do dólar como moeda de troca ([Boletim 161](#)). Importantes mudanças no cenário internacional ocorreram desde então. Dentre essas mudanças, observamos a proibição de importação de ouro russo pelos países do G7 e o anúncio do presidente da Rússia durante a Cúpula dos BRICS, em 23 e 24 de junho, sobre uma futura moeda de reserva única para os países do bloco. Será que o desenvolvimento desta moeda de reserva representa o prenúncio de uma ruptura no sistema financeiro mundial que sustenta o poder estadunidense?

Atualmente, os Estados Unidos detêm grande influência sobre o sistema financeiro mundial devido à sua posição em organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao status do dólar como moeda internacional de troca. No entanto, em anos recentes, a dominância do dólar tem sofrido devido a dois principais fatores: sanções e políticas econômicas domésticas. Ambas as políticas têm afetado a confiança na moeda, que, pela primeira vez representou apenas 59% de todas as reservas estrangeiras mundiais de acordo com o FMI em 2022, o menor patamar já visto. No mesmo período, a procura por moedas alternativas para compor as reservas de bancos centrais, como o Yuan, tem crescido

consideravelmente.

Tal momento aparece como oportunidade para a Rússia e a China atuarem com mais peso no atual sistema financeiro mundial. Ao utilizar o Novo Banco de Desenvolvimento criado em 2014 pelo bloco BRICS, Moscou e Pequim podem lançar juntamente com os outros membros uma cesta de capital para promover investimentos para diversos Estados. Assim, podem se utilizar do crescimento de sua influência tendo em vista que Arábia Saudita, Argentina, Egito, Irã e Turquia demonstraram interesse em integrar o bloco. Adicionalmente, a posição de todos os países dos BRICS como líderes de blocos econômicos regionais, como o Brasil no MERCOSUL, pode aumentar ainda mais sua influência regional e promover a maior adoção da nova moeda de reserva proposta.

As economias dos Estados Unidos e seus aliados têm sido abaladas devido às sanções impostas contra a Rússia. Isso se reflete na rápida desvalorização do Euro e do Iene enquanto a produção industrial estadunidense tem caído em meio ao aperto monetário do *Federal Reserve*. Fundamentalmente, com uma possível ruptura monetária nos próximos anos, as alianças políticas devem se realinhar em uma configuração econômica bipolar e de cadeias de suprimento.



ARTIGOS SELECIONADOS & NOTÍCIAS DE DEFESA

▶ [American CHIPS off the Chinese Block](#)

PROJECT SYNDICATE, Anne O. Krueger

Por: CMG Leonardo F. de Mattos

▶ [The Paradox of the Russia-China Relationship](#)

CARNEGIE ENDOWMENT, Paul Haenle e Ali Wyne

▶ [India's submarine plans hit by dwindling fleet as Navy decommissions INS Sindhudhvaj](#)

THE PRINT, Snehash Alex Philip

▶ [The World's Fishermen as a Maritime Sensor Network](#)

U.S. NAVAL INSTITUTE, Lieutenant Holden Takahashi

▶ [France can help Albanese fix AUKUS](#)

THE INTERPRETER, Alan J. Kuperman

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Clique nas caixas para acessar os links referentes:

Por: Guilherme Carneiro e Maria Eduarda Parracho

AGOSTO

Principais eventos de 24 a 31 de agosto

24



ANGOLA
ELEIÇÕES GERAIS

29



NORUEGA
INÍCIO DA CONFERÊNCIA
OFFSHORE NORTHERN
SEAS

30



RÚSSIA
INÍCIO DO EXERCÍCIO
MILITAR VOSTOK

30



AFEGANISTÃO
1 ANO DA RETIRADA
DAS TROPAS DOS EUA
DO AFEGANISTÃO

SETEMBRO

Principais eventos de 01 a 21 de setembro

04-08



OTAN
EXERCÍCIO
DYNAMIC GUARD 22

11



SUÉCIA
ELEIÇÕES GERAIS

11-21



TURQUIA
EXERCÍCIO
DYNAMIC MARINER
22 DA OTAN

13



ONU
INÍCIO
DA 77ª SESSÃO DA
ASSEMBLEIA GERAL

REFERÊNCIAS

- **Venezuela e Irã: uma aproximação para além do petróleo**
[El régimen de Nicolás Maduro exhibió por primera vez los drones iraníes de combate ensamblados en Venezuela.](#) *El Clarín*, 06 jul. 2022. Acesso em: 12 ago. 2022.
WILLIAMS, Dan. [Israel accuses Iran of providing munitions for drones supplied to Venezuela.](#) *Reuters*, 22 fev. 2022. Acesso em: 12 ago. 2022.
- **A retomada econômica das Américas via nearshoring**
O'NEIL, Shannon K. [Por que a globalização não beneficiou a América Latina - e como a região pode reverter isso agora.](#) *Americas Quarterly*, 26 jul. 2022. Acesso em: 19 ago. 2022.
STOTT, Michael; MURRAY, Christine. [Why Mexico is missing its chance to profit from US- China decoupling.](#) *Financial Times*, 03 jul. 2022. Acesso em: 26 jul. 2022.
- **África Subsaariana: um campo em disputa**
[Fact Sheet: U.S. Strategy toward Sub-Saharan Africa.](#) *The White House*, 8 ago. 2022. Acesso em: 09 ago. 2022.
COHEN, C. [Will France's Africa Policy Hold Up?.](#) *Carnegie*, 02 jun. 2022. Acesso em: 15 ago. 2022.
- **Os riscos ao setor de petróleo no Golfo da Guiné**
[Global piracy and armed robbery incidents at lowest level in decades.](#) *ICC*, 12 jul. 2022. Acesso em: 27 jul. 2022.
[Nigeria and shipping industry launch strategy to eliminate Gulf of Guinea piracy threat.](#) *Defence Web*, 25 jul. 2022. Acesso em: 27 jul. 2022..
- **Segurança energética em tempos de crise: o ilustrativo caso da Alemanha**
WINTOUR, Patrick. ['We were all wrong': how Germany got hooked on Russian energy.](#) *The Guardian*, 2 jun. 2022. Acesso em: 19 ago. 2022.
STELZENMÜLLER, Constanze. [Putin's war and European energy security: A German perspective on decoupling from Russian fossil fuels.](#) *Brookings*, 7 jun. 2022. Acesso em: 19 ago. 2022.
- **Um novo capítulo das relações entre Espanha e Marrocos**
[Spain and Morocco: A new friendship inked in blood.](#) *The New Arab*, 11 ago. 2022. Acesso em: 19 ago. 2022
[Endless concessions: Spain's tilt to Morocco.](#) *European Council on Foreign Relations*, 23 mar. 2022. Acesso em: 19 ago. 2022
- **O cenário geopolítico russo a luz à luz da nova doutrina naval russa**
EPISKOPOS, Mark. [New Russian Naval Doctrine Zeroes in on U.S. as Top Threat.](#) *The National Interest*, 02 ago. 2022. Acesso em: 17 ago. 2022.
[Russia's new naval doctrine: What you need to know.](#) *RT*, 01 ago. 2022. Acesso em: 17 ago. 2022.
- **Congelado pelas sanções? Os obstáculos da Novatek no Ártico**
STAALESEN, Atle. [Turks are coming to Russia's rescue in large Arctic LNG project.](#) *The Barents Observer*, 11 ago. 2022. Acesso em: 19 ago. 2022
[The growing importance of the Liquefied Natural Gas \(LNG\) market.](#) *Seahawk Investments*, 25 out. 2019. Acesso em: 19 ago. 2022
- **O novo White Paper japonês e suas implicações para as relações nipo-coreanas**
WONG, Jacqueline. [S.Korea says 'strongly protests' Japan's claims over disputed islets.](#) *Reuters*, 22 jul. 2022. Acesso em: 22 jul. 2022.
[Korean research ship in EEZ around Takeshima.](#) *The Yomiuri Shimbun*, 19 ago. 2022. Acesso em: 19 ago. 2022.
- **Todos os olhos no Estreito de Taiwan**
HUANG, Kristin. CHUNG, Lawrence. [Live-fire drills around Taiwan provide insight into PLA capabilities following modernisation drive.](#) *South China Morning Post*, 07 ago. 2022. Acesso em: 17 ago. 2022.
MILLSON, Alex. [China White Paper on Taiwan: Beijing Repeats It Won't Rule Out Use of Force.](#) *Bloomberg*, 10 ago 2022. Acesso em: 17 ago. 2022.
- **Um ano no poder: o Talibã e os desafios no Afeganistão**
SANT'ANNA, Lourival. [Talibã um ano depois: como retomada de poder põe credibilidade dos EUA em xeque.](#) *CNN Brasil*, 15 ago. 2022. Acesso em: 19 ago. 2022.
[Afghanistan: Report highlights multiple human rights violations and abuses under Taliban.](#) *The United Nations*, 20 jul. 2022. Acesso em 19 ago. 2022.
- **Tailândia: construção de submarino e os desafios à autonomia em Defesa**
Thailand. *EIA*, 2022. Acesso em: 19 ago. 2022.
NANUAM, Wassana. [Navy may take sub engines from China.](#) *Bangkok Post*, 10 ago. 2022. Acesso em: 20 ago. 2022.
- **O tripé estratégico polar argentino e o avanço nas relações com o Brasil**
[Argentina announces the construction of labs in Antarctica to reaffirm science and sovereignty.](#) *MercoPress*, 11 ago. 2022. Acesso em: 16 ago 2022.
[Preocupada com presença militar britânica nas Malvinas, Argentina quer fortalecer parceria com Brasil no Atlântico Sul.](#) *O Globo*, 17 ago. 2022. Acesso em: 18 ago 2022.
- **Batalha das moedas: ascensão dos BRICS**
[Asian Economic Integration Report 2022: Advancing Digital Services Trade in Asia and the Pacific.](#) *Asian Development Bank*, 2022, p. 80-108. Acesso em: 28 jul. 2022.
GLOVER, George. [Russia and China are brewing up a challenge to dollar dominance by creating a new reserve currency.](#) *Market Insider*, 24 jun. 2022. Acesso em: 28 jul. 2022.

O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência direta ou indireta na economia brasileira e impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Ademais, serão considerados os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a seleção dos fenômenos, estes são categorizados em alto risco (vermelho) ou médio

risco (laranja), seguindo parâmetros que refletem a gravidade do risco: quantidade de vítimas, relevância dos atores envolvidos, impacto na economia global e possibilidade da escalada de tensões. Os países em cinza representam conflitos monitorados, caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Guilherme Carneiro e Luísa Barbosa

► ALTO RISCO:

- AFGANISTÃO - Crise estrutural: [Crime rate rises in Afghanistan post Taliban takeover](#). **The Print**, 22 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.
- BELARUS - Tensão regional: [Russia's Ukraine War is forcing the Belarus opposition to rethink strategy](#). **Atlantic Council**, 17 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.
- HAITI - Crise estrutural e instabilidade fronteiriça: [República Dominicana avanza en su muro fronterizo con Haití](#). **DW**, 22 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.
- IÊMEN - Crise humanitária: [Aid workers face 'alarming' levels of incitement, violence in Yemen: UN humanitarian envoy](#). **Arab News**, 19 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.
- LÍBANO - Crise estrutural: [Authorities in Lebanon fear partial collapse of wheat silos in Beirut port](#). **Arab News**, 21 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.
- MALI - Conflito entre governo e forças insurgentes: [Por que o Mali acusa a França de apoiar terroristas no Saara?](#). **G1**, 18 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.
- MIANMAR - Golpe militar: [Presidente deposta de Mianmar é condenada a mais de 6 anos de prisão](#). **A referência**, 17 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.
- MOÇAMBIQUE - Conflito entre governo e forças insurgentes: [Terrorismo em Cabo Delgado: "A melhor alternativa é a união da SADC"](#). **DW**, 17 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.
- RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito Militar: [Russian missiles rain on Ukraine as war nears half-year mark](#). **Reuters**, 21 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.
- SÍRIA - Insegurança regional: [Syria: Violence along borders with Turkey kills 21 including children](#). **The New Arab**, 20 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.
- SRI LANKA - Crise estrutural: [Sri Lanka's economic crisis pushes health system to brink of collapse](#). **UN News**, 17 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.

► MÉDIO RISCO:

- BURKINA FASO - Instabilidade sociopolítica: [Burkina Faso's Militant Security Crisis Shows No Signs of Stopping After Military Coup](#). **The Organization for World Peace**, 21 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.
- ETIÓPIA - Conflito entre governo e forças insurgentes e acordo de paz: [Ethiopia denies breaking Tigray truce, calls for ceasefire deal](#). **Sudan Tribune**, 18 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.

• IRAQUE - Crise política: [Who are the main players in Iraq's political crisis?](#) **Middle East Eye**, 19 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.

• LÍBIA - Crise estrutural e tensão eleitoral: [Dbeibah reviews Interior Ministry's plan to secure future elections](#). **The Libya Observer**, 22 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.

• SUDÃO - Golpe de Estado e conflito fronteiriço: [Ethiopia And Sudan Agree To Border Dispute Dialogue](#). **The Organization for World Peace**, 22 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.

• TAIWAN - Embate China-EUA: [US Governor Visits Taiwan Amid China Tensions](#). **NDTV**, 22 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.

• VENEZUELA - Crise estrutural: [Voluntad Popular propuso que las elecciones primarias de la oposición venezolana se realicen en el primer trimestre de 2023](#). **Infobae**, 22 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.

► EM MONITORAMENTO:

• ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Conflito em Nagorno-Karabakh: [Armenia opposition MP: Karabakh public administration system no longer able to manage effectively](#). **Armenia News**, 22 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.

• COLÔMBIA - Conflito fronteiriço: [Retomada das relações entre Colômbia e Venezuela esbarra em ação do crime na fronteira](#). **Estadão**, 22 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.

• COREIA DO NORTE - Teste de mísseis: [North Korea Fires 2 Cruise Missiles Toward Yellow Sea](#). **The diplomat**, 17 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.

• EUROPA OCIDENTAL - Incêndios florestais e crise energética: [Portugal wildfires: State of alert begins amid third heatwave](#). **BBC News**, 21 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022

• EL SALVADOR - Instabilidade social: [Economia e luta contra gangues em El Salvador](#). **Prensa Latina**, 20 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.

• GOLFO DA GUINÉ - Insegurança marítima conjuntural: [Equatorial Guinea Detains a VLCC Accused of Oil Theft by Nigeria](#). **The Maritime Executive**, 16 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.

• KOSOVO E SÉRVIA - Tensão Fronteiriça: [Serbian Proposals to Resolve Kosovo Border Row 'Rejected in Brussels'](#). **Balkan Insight**, 19 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.

• MAR DA CHINA ORIENTAL - Disputas regionais: [PLA Says J-20 Tracking Foreign Military Aircraft In East China Sea ADIZ](#). **Janes**, 17 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.

• MAR DO SUL DA CHINA - Novos exercícios militares na região: [South China Sea Patrols To Continue As RAAF Declares China's Air Defences Are 'Not Impenetrable'](#). **ABC News**, 22 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.

• NICARÁGUA - Crise política: [Polícia da Nicarágua detém bispo crítico de Ortega](#). **GZH Mundo**, 19 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.

• PAQUISTÃO - Instabilidade política: [TTP invades Pakistan's Swat region](#). **Mission Network News**, 19 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022

• PERU - Instabilidade política: [Fiscal de Perú afirma que hay obstrucciones a investigaciones de Pedro Castillo](#). **El Universal**, 21 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.

• SOMÁLIA - Crise eleitoral e humanitária: [Ending 'Forever War' in Somalia: Negotiating with Al-Shabaab](#). **Garowe Online**, 22 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.

• TOGO - Conflito entre governo e forças insurgentes: [Togo: l'armée se renforce avec 479 jeunes soldats](#). **Togo Breaking New**, 21 ago. 2022. Acesso em: 22 ago. 2022.